

A NOVA GEOGRAFIA ECONÔMICA

META

Analisar a abordagem da geografia econômica dentro de uma perspectiva contemporânea, tomando como parâmetro analítico os estudos de economistas que recentemente fundamentaram o chamado desenvolvimento local.

Estudar a teoria da espacialização internacional a partir das abordagens de Paul Krugmann e Masahita Fujita.

Exemplificar a aplicação dessas teorias dentro da realidade da América Latina.

OBJETIVOS

Ao final da aula, o aluno deverá:

compreender em uma abordagem estritamente econômica, mas com o viés geográfico, qual o alcance que a Economia e sua vertente próxima, a Economia Espacial, trabalha nos dias atuais. No final, o aluno poderá distinguir entre a Geografia Econômica estudada pelos geógrafos e a Economia Espacial estudada pelos economistas, sendo este um viés analisado dentro da chamada macroeconomia.

PRÉ-REQUISITOS

Ter cumprido a primeira aula, referente aos aspectos introdutórios da Geografia Econômica.



Em países como Inglaterra e EUA mendigos têm acesso aos mais variados conteúdos da Internet, Já em países da América Latina crianças trabalham quebrando pedras, recolhendo papelões nas ruas.

Fonte: boccaberta.wordpress.com

INTRODUÇÃO

A Geografia Econômica tem na sua variante mais próxima – a Economia – por incrível que pareça a maior inovação teórica, claro, dentro de uma perspectiva de causalidade, e que, de certa forma altera uma das grandes heranças da geografia neopositivista: as teorias de localização (e que será estudada na próxima aula).

Uma dessas inovações é o que podemos denominar de resgate da teoria centro-periferia, porém dentro de um marco mais dinâmico na medida em que a lógica capitalista contemporânea é distinta em relação ao modelo clássico de Milton Friedman e de grande aplicação durante o período pós-guerra, não apenas na abordagem econômica desigual entre países ricos e pobres, mas também dentro dos próprios países, principalmente nos países mais pobres. Desse modo, o aluno deve entender que a Nova Geografia Econômica nada mais é que uma nova abordagem



Paul Krugman Crítico da Nova Economia, termo cunhado no final da década de 1990 para descrever a passagem de uma economia de base principalmente industrial para uma economia baseada no conhecimento e nos serviços, resultante do progresso tecnológico e da globalização econômica.

(Fonte: <http://psdblog.worldbank.org>)

TEORIA CENTRO-PERIFERIA

É conveniente inicialmente salientar ao aluno que o presente curso de Geografia Econômica tem como um dos principais objetivos analisar a diversidade das abordagens teóricas e que, cada aula tem sua autonomia em relação às demais aulas.

Nesse aspecto, a presente aula inova uma dessas abordagens na medida em que resgata uma importante teoria de localização – centro-periferia – do economista Milton Friedmann e ao mesmo tempo comparar com a abordagem mais recente da chamada teoria da Espacialização Internacional.

Dividimos a aula em três segmentos. O primeiro será tratado em linhas gerais os fundamentos da teoria centro-periferia de Friedmann. No segundo, quando é analisada a teoria da espacialização e no terceiro, inclusive servindo como atividade, a aplicação para a realidade de América Latina. Ou seja, qual das duas teorias, podemos efetivamente aplicar.

O QUE É A TEORIA CENTRO-PERIFERIA?

Instituída no auge da divisão do mundo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos - na década de 60 do século passado – a teoria centro-periferia era uma tentativa de explicar as desigualdades sociais e econômicas desses países na medida em que haveria, segundo seu principal teórico, uma explicação do porque da formação de atividades economicamente desiguais e principalmente das relações comerciais e financeiras totalmente distintas entre o centro, que correspondia aos países que faziam parte do núcleo do capitalismo mundial, a periferia e que correspondia aos países latino-americanos, africanos e a esmagadora maioria dos países asiáticos.

O que o leitor deve perceber que a atividade do *centro* era baseada na atividade industrial de ponta, composta por uma população de renda razoável com capacidade para consumir e de alto nível de escolaridade. Somando-se também a capacidade de inovação tecnológica dessas indústrias e do forte apoio do sistema financeiro.

Já a periferia, suas economias eram baseadas nas atividades primárias, de baixo uso de recursos tecnológicos, de valores comerciais de seus produtos menores do que os produtos industrializados; tendo como destaque as atividades relacionadas à agricultura e a extração mineral. Ainda mais relevante é a baixa capacidade financeira da maioria das populações da periferia, o que impediria na formação do mercado interno.

Entretanto, e nisso o aluno deve apreender, é que a teoria centro-periferia tinha nas *relações comerciais desiguais sua mais importante abordagem*. Ou seja, enquanto os países do centro seus produtos têm maior valor

comercial, por agregar tecnologia e serem, queiram ou não, modernos; os produtos dos países da periferia não agregariam essas vantagens; logo, na relação centro-periferia a tendência seria a desigualdade nos preços dos produtos e os ganhos seriam muito maiores em favor dos países do centro, o que teria como resultado a maior diferenciação econômica e social entre esses países, ampliando ainda mais o “abismo” desses dois grandes grupos de países.

Interessante notar que, e isso o aluno deve ficar bem atento, é que essa teoria foi formulada por pessoas que justamente defendem a lógica da vantagem econômica dos países mais ricos. O que devemos ficar de orelha em pé quando o fundamento da teoria é naturalizar o poderio industrial dos países do centro e ao mesmo condenar a incapacidade econômica dos países da periferia sem superar sua pobreza.

Apesar desses questionamentos, não podemos desprezar a teoria quando a mesma revela que o *espaço econômico é desigual* e os segmentos industriais agregam maiores valores do que os segmentos econômicos vinculados as atividades primárias de baixa agregação tecnológica.

Agora vamos a variância dessa teoria a partir da abordagem da chamada Nova Geografia Econômica extraída da teoria da espacialização internacional.

A NOVA GEOGRAFIA ECONÔMICA

Desenvolvida também por economistas, tendo como maior destaque o economista Paul Krugman, por sinal ganhador do Nobel de Economia de 2008 e que escreveu em 1999 o livro *Economia Espacial*, essa é uma teoria que “solda” a teoria centro-periferia com a teoria do comércio internacional, adicionando novos elementos a serem analisados como o nível salarial da mão-de-obra e seu deslocamento no espaço.

Para ele, a nova lógica do uso econômico do espaço estaria baseada na formação de especializações industriais e, concentrada em um determinado número de países e que extrapolaria a velha relação “bilateral” centro-periferia.

O que daria uma idéia de multidimensionalidade da atividade econômica, sendo formada duas realidades bem distintas: a externa e a interna. A externa, na comercialização internacionalização e que necessariamente pode ser que não ocorra “desigualdades” comerciais entre os países, mesmo que estejam em níveis de industrializações diferente. E a interna, naturalmente pela possibilidade de desenvolver atividades econômicas que possam “alavancar” a estagnação econômica de algumas áreas ou regiões (economicamente falando).

Desse modo, os produtos a serem vendidos em um local sofreriam não apenas mudanças de preços, mas principalmente do volume da massa salarial, bem como do volume da mão-de-obra disponível, sendo a migração dessa mão-de-obra fator preponderante de ampliação da atividade industrial, na ampliação do mercado interno, minorando, por exemplo, custos como a questão dos transportes.

Como na economia a busca sempre é o equilíbrio estabelecido pela oferta e procura, é evidente que a desigualdade entre os lugares (e principalmente entre países seria evidente) poderá comprometer determinadas “aglomerações” e “desaglomerações” espaciais, naturalmente com base na atividade econômica.

Um aspecto interessante é o efeito da migração da mão-de-obra rural para a industrial. Sabemos que é um processo comum, secular e sempre essa população se desloca buscando melhores condições de vida, mas para os fundamentos dessa teoria, o deslocamento espacial, que em Geografia denominamos de migrações, poderá oferecer uma grande contribuição ao desenvolvimento de uma região historicamente estagnada.

Entretanto, a teoria adiciona a questão do *preço dos produtos*. A diminuição dos preços contribui na redução dos salários e dos custos de produção, porém, devido à concentração (economia de aglomeração), mesmo assim, isso não contribui no processo de mobilidade ou de migração da população, principalmente de retorno, sendo praticamente impossível a volta dessa mão-de-obra para o segmento agrícola. Além da tendência de configurar a taxa decrescente da participação da agricultura no produto interno bruto nacional.

O autor aborda que teríamos *três ambientes econômicos*. Os dois primeiros ambientes seriam formados por países de economia doméstica (ou seja, com atividade interna dentro do país) e aquela formada pelo comércio internacional. Como existem diferenças entre os países, haveria a possibilidade de fazer a velha classificação centro e periferia, incluído na primeira categoria dos países que possuem forte pujança em sua economia doméstica, até por que potencialmente podem crescer em função da ampliação do mercado interno decorrente do aumento da massa salarial.

O mais interessante dessa abordagem é a inclusão do *comércio internacional enquanto variável independente e que opera dentro de outros parâmetros, contribuindo até mesmo na “desconcentração geográfica”*. Assim, a abertura comercial da economia de um país ajuda na *diminuição das desigualdades regionais e fortalece a integração econômica*.

Um dos exemplos da tentativa de superação dessas desigualdades, a nosso ver, seria a necessidade da integração regional dos países com as mesmas características econômicas, o que conhecemos como *blocos regionais*, e que se materializa com o MERCOSUL, por exemplo. Mesmo sabendo das adversidades entre os países, da supremacia do Brasil em rela-

ção aos demais países, é evidente que existe certa homogeneidade entre seus membros. A proximidade de seus interesses, a partir da abordagem da espacialização internacional, diminuirá a instabilidade dos preços, podendo estabelecer políticas de preços mais previsíveis, contribuindo assim na diminuição das desigualdades regionais.

O aluno deve também estar atento que a teoria da espacialização internacional tem como principal base a chamada economia de mercado, que consiste na liberalização das forças de mercado, não havendo interferência das ações do Estado e as chamadas forças do mercado serem responsáveis pela produção da riqueza social.

UM EXEMPLO DA APLICAÇÃO DA NOVA GEOGRAFIA ECONÔMICA: A REALIDADE DA AMÉRICA LATINA

Um dos exemplos mais interessantes da aplicação da Nova Geografia Econômica é a América Latina. É uma “região” onde mescla o “atrasado” e o “moderno”, com a presença de países de níveis de industrialização completa, como é o caso do Brasil e secundariamente da Argentina, além da presença de países onde a base das suas economias é a agricultura de exportação.

Aparentemente poderíamos aplicar facilmente a teoria Centro-Periferia na medida em que são países historicamente dependentes e nas relações comerciais e financeiras com os países do capitalismo central, é evidente que as desigualdades podem ser observadas.

Mas o aluno deve apreender também que, a depender da teoria aplicada, as análises são modificadas e observar que a teoria centro-periferia “mascara” as complexas realidades econômicas desses países.

Face às fortes diferenças sociais e econômicas de países que compõem a América Latina, podemos extrair alguns resultados com a aplicação da teoria de Paul Grumann. Vamos lá.

Como sabemos, a teoria econômica mais conhecida e aplicada diretamente para conhecer a realidade dos países da América Latina é a *chamada teoria cepalina*, que consiste justamente em aplicar a teoria centro-periferia com as devidas compatibilidades estruturais. Sua base teórica estaria na existência da realidade “atrasada” e “moderna” da América Latina (veremos de forma detalhada em aula futura). O que gerou sérios problemas para retratar a realidade concreta de uma região economicamente tão contraditória.

Sendo assim, como poderíamos aplicar a teoria da Nova Geografia Econômica? Vamos tentar ser mais didático.

Sobre o comércio internacional – como é uma variável importante na determinação do desenvolvimento regional, é evidente que descartaria-

mos a velha assimetria que os mais pobres exportam produtos de menor valor em relação a importação de produtos industrializados. Como na América Latina a realidade é muito mais complexa, a aplicação de variáveis como preço concorrente e principalmente da *liberação das economias domésticas ao capital comercial internacional*, reduzindo, por exemplo, taxas de importação de produtos.

Para o nosso economista do Prêmio Nobel, essa seria uma tentativa de aumentar os salários e de certa forma contribuir no desenvolvimento de algumas regiões dos países, o que poderia ajudar no processo migratório. Isso sob o lastro das relações comerciais internacionais.

Acreditamos que existem limitações para qualquer questionamento analítico se realmente a chamada *economia externa* poderia contribuir no desenvolvimento regional. Afinal o comércio integra a fase da circulação da mercadoria e jamais poderia ter *efeito multiplicador nas economias domésticas*. *Na verdade poucos empregos seriam gerados com a abertura do comércio externo dos países da América Latina, além do baixo nível dos salários* Daí a fragilidade dessa variável e que na verdade quem ganha é o grande capital, pois em nossa opinião o *comércio exterior não repercute em termos sociais para o país, principalmente para a criação de empregos*. A experiência latino-americana, por décadas, já demonstra da impossibilidade de resolver problemas de disparidades ou de desequilíbrios regionais, quando existe um mercado externo extremamente desfavorável para os países mais pobres.

Por outro lado, não somos ingênuos de afirmar que o comércio internacional é tão satânico assim. O volume de exportação dos países latino americanos tem crescido vertiginosamente e uma boa parte baseado em produtos industrializados.

A saída para esses países seria feita em duas frentes: *o fortalecimento do MERCOSUL, mas que atualmente enfrenta problemas, que seria a integração regional entre os países da América Latina. A outra frente seria a organização desses países na arena institucional mais poderosa do planeta: a Organização Mundial do Comércio (OMC). Esse seria o palco de luta das economias planetárias, onde tarifas, taxas alfandegárias, volume de produtos comercializados, etc. são definidos entre os países e nesse contexto, os países latino americanos poderiam defender seus interesses comuns. O que na realidade isso não existe. É cada um por si, o que resultado no poder de competição desses países no mercado internacional.*

Sobre a economia doméstica – essa parte é mais fácil de entender, principalmente pela nossa consciência das diferenças regionais internas e o Brasil é o maior exemplo dessas disparidades regionais.

A receita do economista Krugmann estaria na articulação do estabelecimento de uma política de preços justos para as empresas e ao mesmo tempo no aumento dos níveis salariais, o que acarretaria em termos espaciais economias de aglomerações, sendo *a migração um fator determinante e positivo no desenvolvimento das regiões latino americanas*.

Mais uma vez percebemos a limitação da teoria na medida em que a realidade é muito mais cruel, até porque trabalha com variáveis isoladas como preços, volume de mão-de-obra e deslocamento espacial. *Esquecem das causas reais das desigualdades regionais.*

E mais ainda. Toda essa dinâmica não oferece condições em desenvolver regionalmente as áreas estagnadas. Por ser uma teoria com base na economia liberal, é evidente que os resultados seriam limitados, principalmente para países como os da América Latina. As diferenças salariais, por exemplo, entre os mesmos trabalhadores do centro-sul e nordeste do Brasil são abissais e a incrementação econômica da região economicamente mais importante do Brasil, aprofundaria ainda mais essas diferenças.

O que se observa nesse processo é a incompatibilidade de desenvolver a economia em termos regionais sem esquecer o todo, como se existisse boa vontade do empresariado e liberdade dos trabalhadores em escolher onde trabalhar. Todos são dependentes e escravos da economia de mercado.

Esses atores só se interessam onde existe retorno de ganhos. Regiões economicamente pobres jamais alterarão sua situação de penúria em relação as mais ricas.

Esse seria o nosso fundamento em relação a uma teoria da economia espacial aplicada a realidade contemporânea da Geografia Econômica.

CONCLUSÃO

Nesse enfoque, é pertinente apenas abordar nessa parte conclusiva, a dimensão de uma teoria não originária da Geografia Econômica, porém apropriada, colocando uma grande questão: a apropriação dos economistas, através de uma teoria contemporânea, da Geografia enquanto ciência. O que fragiliza a nossa disciplina em relação à poderosa Economia. O espaço econômico deve ser o lastro de estudos dos geógrafos e nele a questão da organização espacial é fundamentalmente importante.

Espacializar teorias dessa natureza, sob a roupagem da “Nova Geografia Econômica”, nada mais é do que fazer eco para quem não entende de geografia é quer entender esta ciência simplesmente aplicando variáveis econômicas. O que distorce de sobremaneira a realidade concreta, por ela ser tão contraditória. Um exemplo é o debate sobre “região” e na geografia temos um debate bem profundo. Para os economistas região simplesmente é entendido como área e não como processo de desenvolvimento regional e agora conhecido como desenvolvimento territorial.

Esse é o fundamento. Porém não devemos esquecer do mérito da teoria, das quais devemos geografizar para avançar ainda mais a Geografia no tratamento teórico e epistemológico, especialmente da Geografia Econômica.

RESUMO

O estudo da nova chamada Geografia Econômica se dar a partir da abordagem desenvolvida pelo economista Paul Gruman em entender os processos econômicos espaciais e que rebatem a partir da política salarial, do montante da força de trabalho e também da política de preços. Essa teoria é uma tentativa de superar a velha dicotomia entre o centro inovador capitalista e a periferia subordinada, na medida em que às relações econômicas evidenciadas se processam pela deteriorização das relações de troca, criando fortes diferenças entre os dois segmentos espaciais e aprofundando o fosso econômico entre dois “mundos”. A Nova Geografia Econômica vem justamente explicar a nova realidade capitalista a partir de uma perspectiva liberal, em que outras categorias organizam ou desorganizam as economias espaciais. Acresce também a importância do comércio internacional e da força das economias domésticas em todo esse processo, isso formado em três ambientes econômicos. Desse lado, a variável preços dos produtos poderá ou não contribuir no aumento da massa salarial, ou seja, havendo diminuição dos preços dos produtos, a tendência seria a diminuição também dos níveis salariais. O mais interessante dos fundamentos da teoria é a introdução do comércio internacional como variável independente e que repercute na organização do espaço. É uma teoria da economia espacial formadora das chamadas economias de aglomeração ou não. Observa que sua abordagem não leva em consideração as disparidades regionais. Finalmente da aplicação dessa teoria à realidade da América Latina é que ela mais consistente que a teoria centro-periferia, até porque as economias desse subcontinente são bastantes variadas e com diferenças regionais gritantes. Mas não podemos a economia brasileira com a economia boliviana. O estudo da massa salarial e o processo migratório vem reforçar ainda mais que o capital migra de acordo com as oportunidades econômico-espaciais.

**PRÓXIMA AULA**

Na terceira aula vamos trabalhar com uma das abordagens mais recentes da Geografia Econômica, bem diferente do conteúdo apresentado nesta aula. Trata-se da configuração denominada de “Mundialização do Capital”, por sinal bem diferente daquela abordagem mais conhecida, a da “Globalização”. Para o aluno, o tema é de grande relevância atual.



REFERÊNCIAS

- FRIEDMANN, Milton. **A teoria centro-periferia.** s/d.
- FUJITA, Masahisa; KRUGMAN, Paul; VENABLES, Anthony. **Economia espacial, urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano no mundo.** Tradução: Bazán Tecnologia e Linguística. São Paulo: Editora Futura, 2002.